

**Apresentação Dossiê: Política, Formação e Trabalho Docente**

*Presentation Dossier: Policy, Training and Teaching work*

Paulo Fioravante Giaretta  
Flavia Wegrzyn Magrinelli Martinez  
**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)**  
Três Lagoas-Brasil  
Suzana Soares Tozetto  
**Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)**  
Ponta Grossa-Brasil

As políticas educacionais relacionadas com a formação e trabalho docente, no atual contexto social e econômico, figuram funcionais às demandas da totalidade histórica, quer sejam demandas de âmbito local/particular e/ou ampliado/internacional. Portanto, são políticas posicionadas e carregadas de intencionalidades específicas, sob a marca das relações de força e disputa, expressas pelo conjunto de movimentos reformistas em fluxo.

Neste sentido, o presente dossiê objetiva reunir pesquisas que discutem as políticas educacionais voltadas para a formação do professor de forma posicionada às condições e demandas concretas de nosso tempo, com implicação direta na relação formação-trabalho do professor. Pois, as atuais demandas de reestruturação do trabalho docente, parece estar alinhada aos esforços em torno da produção de consensos sob uma agenda cada vez mais complexa de apropriação da autonomia docente.

As pesquisas socializadas neste dossiê versam sobre teorias, políticas e práticas que problematizam: i) concepções de Estado como indutor de políticas educacionais com impacto na relação trabalho-formação-docência; ii) concepção e análise da ação do Estado via políticas educacionais com incidência na relação trabalho-formação-docência; iii) caracterização das intencionalidades político-pedagógicas na relação trabalho-formação-docência; iv) discussão

*EaDização como Projeto de Formação de Professores: a formação do pedagogo no Estado de Mato Grosso do Sul*

das política-reformas em fluxo no atual contexto educacional e as implicações para o trabalho-formação-docência; v) e a incidência das atuais política-reformas nas práticas educacionais e as exigências para a relação trabalho-formação-docência.

Assim, temos o prazer de indicar a composição deste dossiê, a partir do esforço de pesquisadores vinculados a grupos de pesquisa de diferentes regiões do Brasil e expresso em um conjunto orgânico de temáticas, tais como: formação inicial e continuada, formação a distância, atuação do setor privado na formação docente, ensino remoto, política de educação digital, política de valorização do magistério, política curricular da BNCC e a formação-trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação e a formação-trabalho docente, entre outras.

Indica-se, de forma resumida, a abordagem de cada um dos textos que compõe este dossiê: A pesquisa de Ligiane Aparecida da Silva e Mario Borges Netto, com o título *Ser professor em tempos de BNCC: pela reafirmação de um conceito*, investiga a política curricular da BNCC como instrumento normativo forjado no contexto de reestruturação produtiva, consolidado no Brasil a partir de 1990. Problematisa o que se tem concebido como formação docente nos cursos de licenciatura do país, reivindicando a defesa de um professor sujeito da história, cujo processo formativo multidimensional se contrapõe à racionalidade neoliberal e sua materialização no ambiente escolar, por meio da pedagogia das competências.

Paulo Fioravante Giareta, Valdeci Luiz Fontoura dos Santos e Veral Luisa de Sousa, com o texto *EaDização como Projeto de Formação de Professores: a formação do pedagogo no Estado de Mato Grosso do Sul*, analisam a política de ampliação da formação de pedagogos via plataformas digitais. A pesquisa reconhece a existência objetiva de estruturas e modelos institucionais que viabilizam um projeto consistente de formação docente no Brasil, coexistindo com estruturas e modelos institucionais que possibilitam essa formação de forma desarticulada de um projeto de formação. Portanto, viabiliza uma constante política de negação do acesso à qualificada formação técnica, científico-pedagógica e sociopolítica do professor.

Com o texto *As políticas de formação de professores sob os efeitos do modelo gerencial: consequências e visão prospectiva*, Renato José Dias Pereira e José Rubens Lima Jardimino, analisam as políticas educacionais de formação inicial de professores no Brasil no marco histórico de 2000/2022, no âmbito das Reformas no contexto de reorganização administrativa

do Estado brasileiro. Indicam que o arcabouço jurídico-legal instituído pelas políticas neoliberais da década de 1990 continua sendo o eixo articulador das políticas públicas educacionais.

A pesquisa de Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, Shirleide Pereira da Silva Cruz e Carlos André Nunes Lopes, sob o título *Políticas e reformas educacionais: enfrentamentos na formação e atuação de professores da educação básica*, discute a repercussão das políticas educacionais em vigência no Brasil nas concepções de escola e de conhecimento escolar e sua incidência na constituição do trabalho docente e, conseqüentemente, na formação inicial e continuada de professores. Apresenta a tese da epistemologia da práxis como princípio que defende uma formação crítico-emancipadora enquanto meio de promoção e ampliação da formação do intelectual orgânico das classes trabalhadoras em estreita articulação com suas práticas socioculturais e institucionais; e como condição de processos revolucionários compostos com e a partir do bloco histórico: estrutura e superestrutura.

Com o texto *A valorização dos profissionais do magistério nas Conferências Nacionais de Educação: desafios para o Plano Nacional de Educação 2024/2034*, Suzane da Rocha Vieira Gonçalves problematiza como o tema da valorização dos Profissionais do Magistério foi sendo discutido nos documentos referência das Conferências Nacionais de Educação de 2010, 2014, 2018, 2022 e 2024. A partir da compreensão de como o tema foi tratado ao longo do tempo e das demandas atuais sobre a formação e o trabalho docente aponta os desafios para o novo Plano Nacional de Educação - 2024/2034, na perspectiva da valorização dos profissionais do magistério.

As pesquisadoras Andréia Migon Zanella e Gisele Masson, com o texto *A Política Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (2004-2020)*, analisam os fundamentos teórico-epistemológicos da Política Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (2004-2020) e suas relações com a intensificação do projeto neoliberal que se caracterizou pelo ultraliberalismo e neoconservadorismo. Destacam que os fundamentos teórico-epistemológicos que dão sustentação à Política Nacional de Formação Continuada estão sustentados na epistemologia da prática, a qual pode ser caracterizada por categorias sínteses: a formação como atualização, treinamento, padronizada, técnica e controlada.

*EaDização como Projeto de Formação de Professores: a formação do pedagogo no Estado de Mato Grosso do Sul*

O texto *Política Nacional de Educação Digital: implicações para a formação docente*, de Nadia Bigarella e Maria Cristina L. Paniago, discute a Política Nacional de Educação Digital (PNDE), expressa na lei n.º 14.533/2023 e suas implicações nas políticas educacionais para a formação docente, com atenção especial ao Art. 3.º, § 1.º do IX - “promoção da formação inicial de professores da educação básica e superior em competências digitais ligadas à cidadania e à capacidade de uso de tecnologia”.

Com o texto *O Plano Nacional de Educação (2014-2024) e sua articulação com a formação continuada nos municípios do Paraná*, Susana Tozetto discute os limites e as intencionalidades, no campo de formação de professores, frente ao Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, desde as redes municipais, no estado do Paraná. Concluem que o PNE é articulado à formação de professores, por meio da capacitação e formação; plano de carreira; metas e estratégias; currículo; monitoramento/avaliação. A partir disso, percebe-se uma lógica neoliberal, de caráter gerencialista, em que há responsabilização, qualidade reduzida a índices, tornando a formação de professores pragmática e performativa.

A pesquisa de Flavia Wegrzyn Magrinelli Martinez, Tarcísio Luiz Pereira e Sheila Fabiana de Quadros, com o título *A interferência do setor privado-mercantil na formação inicial de professores*, analisa o movimento do modo de produção capitalista e seu avanço sobre a área da educação. Partindo da premissa de que as políticas educacionais, na formação inicial de professores, ancoram-se num modelo de Estado Ampliado sobre o controle empresarial, revelam que os grupos privados estão em plena ascensão na área da educação, especialmente na regulação da formação inicial de professores.

Isabel Maria Sabino de Farias, Julliano Cruz de Oliveira e Nara Lucia Gomes Lima, com o texto *A política de formação de professores no Brasil: o trabalho docente nas teias do capital*, abordam as recentes reformas educacionais ocorridas no Brasil no âmbito das políticas de formação de professores e seus impactos no trabalho docente. Nesse sentido, problematizam a Resolução CNE/CP n.º 2/2019, também conhecida como BNC-Formação, a partir da orientação de organismos multilaterais como Banco Mundial e Unesco e das agências privadas que se dedicam à formação de professores.

O texto *Contrato temporário e carreira docente: um estudo com professores iniciantes*, dos autores Aurineide Maria de Almeida e Giseli Barreto da Cruz, analisa aspectos distintivos da profissionalidade de professores iniciantes em regime de trabalho temporário, com ênfase

nas implicações deste modelo de contrato para a carreira profissional. O texto indica que o contrato temporário, ao provocar instabilidade e diferença de direitos em relação a um profissional efetivo, representa um risco à profissionalidade docente, com implicações que incidem na precarização do trabalho docente e na intensificação das tensões próprias do início da carreira, com comprometimentos à trajetória docente.

Marta Nörnberg, Juliana Andrade Lund e Simone da Silva Gonçalves, com o texto *Ensino remoto emergencial: reconfigurações da escola e do trabalho docente*, analisam a reconfiguração da escola e da docência no período de Ensino Remoto Emergencial (ERE) e suas implicações no trabalho docente e na garantia do direito à educação. Os dados da pesquisa foram analisados com base em duas formas de reconfiguração observadas: as reconfigurações divergentes e as reconfigurações convergentes. Essas duas formas de reconfiguração estão articuladas entre si demonstrando que o ensino remoto agravou as condições de trabalho docente e implicou na falta de acesso à escolarização.

A pesquisa de Marcella Ottoni Guedes Oliveira e José Angelo Garíglío, sob o título *A inserção profissional de egressos do curso de licenciatura em Educação Física da UFMG e o abandono da carreira docente*, investiga as trajetórias profissionais dos egressos do curso de Licenciatura em Educação Física da UFMG que se graduaram entre 2009 e 2019. Mais especificamente, busca compreender verticalmente os aspectos que concorrem ao processo de abandono da carreira docente. O estudo revelou um perfil em que a maioria era de mulheres, brancas e com renda entre 1 e 5 salários mínimos. Em relação à trajetória profissional, 46% atuavam na educação básica, 39% abandonaram a carreira e 15% não estão atuando por razões não voluntárias. Os principais achados apontam que a raça/cor está estatisticamente associada ao abandono da carreira.

Wildiane Sousa Braga, Jorge Luiz Barcellos da Silva e Magali Aparecida Silvestre, com o texto *Do iminente ao fato, a escola é um campo de disputa*, demarcam a escola pública como um campo de disputa política. Para tanto, destacam as formulações e ações propostas por Paulo Freire, quando assumiu a Secretaria de Educação de São Paulo, que promoveram mudanças no modelo educacional, referenciadas no diálogo e na formação humana e assentadas na construção de uma sociedade democrática.

Ainda, a pesquisa de Zenira Maria Malacarne Signori e Marcia de Souza Hobod, sob o título *Impactos das políticas educacionais na constituição da identidade profissional dos*

professores da Educação Superior, analisa os impactos das políticas educacionais de cunho neoliberal na constituição da identidade profissional do professor universitário em início de carreira. Os dados evidenciam que os docentes são afetados pela lógica capitalista, expressa nas políticas neoliberais implementadas para a educação superior pública em que o professor assume inúmeras tarefas para além da docência (multitarrefeiro), sendo constantemente avaliado pelo grau de produtividade.

Por fim, a pesquisa de Carla Renata Capilé Silva e Andréia Nunes Militão, sob o título *Inserção de psicólogos/as nos Institutos Federais como referência para implementação da Lei n.º 13.935/2019 na educação básica: revisão sistemática*, problematiza o campo de atuação profissional dos psicólogos, alargada com a aprovação da Lei n.º 13.935/2019, que normatiza a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, regularizados em âmbito nacional nas equipes multiprofissionais. Concluem que a inserção dos profissionais de psicologia nos Institutos Federais remonta ao ano de 2008 e pode se constituir em referência para a implementação da Lei n.º 13.935/2019.

Desejamos uma ótima leitura

## **Sobre os Organizadores**

### **Paulo Fioravante Giareta**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) com Estágio Pós-Doutoral em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas (CPTL). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu\_CPTL). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores (GForP) da UFMS-CPTL. E-mail: [pfgiareta27@yahoo.com.br](mailto:pfgiareta27@yahoo.com.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0649-4756>

### **Flavia Wegrzyn Magrinelli Martinez**

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal/CPAN; Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu\_CPTL). Pesquisadora no grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho Docente (GEPTRADO - UEPG); Membro do RIPEFOR - Rede Interinstitucional de Pesquisas de Formação e Práticas Docentes. Coordenadora Estadual da ANFOPE do Mato Grosso do Sul. Contato: [flavia.martinez@ufms.br](mailto:flavia.martinez@ufms.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3540-4032>

**Susana Soares Tozetto**

Doutora em Educação pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho UNESP/Araraquara/SP. Professora associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG/Pr. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/ Mestrado e Doutorado/ UEPG). Líder do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho Docente (GEPTRADO - UEPG). Membro do RIPEFOR - Rede Interinstitucional de Pesquisas de Formação e Práticas Docentes. Coordenadora da Região Sul da ANFOPE. Parecerista Adhoc do GT8 da ANPED/Nacional. Contato: [tozettosusana@hotmail.com](mailto:tozettosusana@hotmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1696-677X>

Recebido em: 14/10/2024

Aceito para publicação em: 14/10/2024